



Histórico da construção do Programa Macrorregional de Apoio à Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras



Dezembro de 2025

Parmis

LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR
MAPAMENTO DE AMBIENTES
RESISTÊNCIA, SICUREZA E SOLIDARIEDADE
MARéSS

FURG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE

FAURG



BRAVA
energia

A REALIZAÇÃO DO PLANO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DA MITIGAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS (PARMIS)
É UMA MEDIDA DE MITIGAÇÃO EXIGIDA PELO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL, CONDUZIDO PELO IBAMA

Sumário

1.	Apresentação	3
2.	Como surgiu o Programa? Antecedentes para a elaboração de um programa focado na pesca artesanal	3
3.	Por que um programa específico para pescadoras e pescadores artesanais? A segurança territorial como estratégia de mitigação de impactos socioambientais	6
4.	Do que trata o Programa? Elementos centrais para a execução do Programa.....	8
5.	Como o Programa será executado? Uma estrutura em quatro projetos.....	11
6.	Como o Programa será gerido? Macroestruturas principais	13
7.	De que forma o Programa estava sendo construído?.....	13
8.	Por quê e como foi interrompido o Programa?.....	18
	Referências	21

1. Apresentação

O objetivo deste documento é apresentar a síntese do processo de construção do Programa Macrorregional de Apoio à Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras até o momento de sua interrupção. Para tanto, apresenta-se um breve histórico do seu processo de elaboração, em especial os aspectos principais relacionados à pesquisa e ao detalhamento metodológico, considerando alguns dos antecedentes da formulação do Programa desde seu surgimento até a paralisação do processo de construção do Programa, em 27 de novembro de 2025, por meio do Ofício Circular nº 9/2025/Coprod/CGMac/Dilic (SEI 02001.032727_2019_90).

2. Como surgiu o Programa?

Antecedentes para a elaboração de um programa focado na pesca artesanal

O Programa Macrorregional de Apoio à Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras é uma proposta que surge em um cenário de desafios e mudanças institucionais no licenciamento ambiental federal (Dias & Teixeira, 2025), fruto de um processo de revisão de medidas de mitigação dos impactos socioambientais das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás (Walter et al., 2025b).

Vários fatores foram considerados na proposição deste Programa, tais como: mudanças significativas na dinâmica da indústria petrolífera, consequências provocadas pela implementação de políticas públicas e aprendizados acumulados a partir do trabalho de analistas ambientais e equipes técnicas. Alguns desses fatores são:

1. a diversificação das empresas operadoras na produção marítima de petróleo e gás, ampliando a complexidade das operações e da incidência de impactos socioambientais;
2. a concentração das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás na Bacia de Santos, assim como sua diminuição abrupta na Bacia Campos, alterando o sentido e a distribuição dos impactos sobre as comunidades pesqueiras;
3. a sobreposição de Projetos de Educação Ambiental (PEA) em municípios e comunidades, propiciando a descontinuidade de ações, sobrecarga de atividades nas comunidades e concorrência entre projetos;
4. a atuação de equipes técnicas externas ao território, contratadas por parte das empresas, interferindo no cotidiano das comunidades pesqueiras e representando mais uma extensão dos empreendimentos petrolíferos no território;
5. a baixa aderência e a falta de responsabilidade formal na relação dos impactos socioambientais das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás, assim como das ações realizadas pelos PEA focadas na organização comunitária enquanto principal medida de mitigação para as comunidades pesqueiras (Arcadis, 2020);
6. o recebimento recorrente, por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), de questionamentos a respeito da execução dos PEA, incluindo pedidos formais para revisão do modelo, envolvendo, ainda, a descentralização de recursos para a maior autonomia das organizações pesqueiras na elaboração de medidas mitigadoras e na aplicação de recursos;
7. a recente experiência de implementação do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Campo de Frade, exigido pelo Ministério P\xf3blico Federal, envolvendo o Ibama como apoiador de projetos de organizações de pescadoras e pescadores artesanais e suas parcerias, ampliando a autonomia e capacidade de gest\u00e3o deste grupo, iniciativa considerada exitosa pelos movimentos sociais da pesca artesanal.

Um dos fatores mais importantes considerados na proposição do Programa é que, desde o início dos anos 2000, o Ibama reconhece pescadoras e pescadores artesanais como o grupo mais afetado negativamente pelas atividades marítimas de petróleo e gás por sofrerem impactos tanto no mar quanto em terra (Vitolla et al., 2023). Ademais, pesquisas destacam os fatores da vulnerabilidade socioambiental como condições históricas que intensificam os impactos socioambientais sobre comunidades pesqueiras (Walter & Anello, 2012; Rodin & Walter, 2023). Alguns desses fatores são: ausência ou

precariedade de instrumentos de proteção territorial; desigualdades sociais envolvendo homens e mulheres; dificuldade em participar ou mesmo a exclusão no processo decisório na gestão pública; diferenças culturais e políticas entre pessoas jovens, adultas e idosas; e racismo ambiental.

É precisamente neste cenário institucional que se estrutura o Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural (Plano Macro). Elaborado como um plano diretor para a integração operacional e administrativa das atividades licenciadas pelo Ibama nas bacias sedimentares de Campos, Santos e Espírito Santo, o Plano Macro tem foco na gestão dos impactos cumulativos sob uma perspectiva territorializada, buscando maior compreensão sobre a distribuição dos impactos, atuação e transparência no âmbito do licenciamento ambiental federal das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás.

Junto ao Plano Macro, propôs-se o Programa Macrorregional de Apoio à Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras, resultado da pesquisa desenvolvida pelo Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais (Parmis), cuja execução teve início em janeiro de 2021. Nessa pesquisa foram identificados resultados e fragilidades associados à implementação da [Nota Técnica Cpeg/Dilic/Ibama nº 01/2010](#), cujo relatório se encontra publicizado no [Documento 1](#), propondo-se, ainda, programas de mitigação dos impactos, que constam no [Documento 2-3](#) do Parmis. Especificamente sobre as comunidades pesqueiras, a pesquisa demonstrou a pertinência de uma abordagem estruturada em torno do apoio à segurança territorial como eixo orientador para um programa de mitigação dos impactos socioambientais das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás.

3. Por que um programa específico para pescadoras e pescadores artesanais? A segurança territorial como estratégia de mitigação de impactos socioambientais

Grande parte dos impactos socioambientais das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural decorrem principalmente da sobreposição entre áreas de pesca, de fundeio e navegação, adensamento de embarcações e outros equipamentos da indústria petrolífera e alteração da qualidade do ecossistema costeiro e marinho. Dessa forma, as comunidades pesqueiras frequentemente arcam com a perda temporária ou permanente da porção marítima dos territórios pesqueiros, denominada por algumas comunidades e movimentos sociais de *maretório*.

Esses impactos socioambientais se distribuem de maneira desigual, acumulando-se e recaindo principalmente sobre as comunidades pesqueiras, cujos modos de vida dependem diretamente do uso tradicional dos territórios marítimos. Destaca-se que não existem mecanismos legais de reconhecimento dos territórios pesqueiros, o que amplia a vulnerabilidade socioambiental das comunidades pesqueiras sobre estes impactos (Cardoso, 2003). Ainda assim, quando se trata da garantia da permanência das comunidades pesqueiras em seus territórios, a segurança territorial necessária não pode ser reduzida à dimensão fundiária, ainda que tal dimensão seja fundamental (Tometich et al., 2025).

Dessa forma, a mitigação desses impactos demanda uma visão mais ampla, a partir de uma abordagem territorializada e orientada a enfrentar os efeitos negativos da cadeia produtiva do petróleo sobre a vida das pescadoras e pescadores artesanais (Walter et al., 2025a). Nessa perspectiva, busca-se assegurar a viabilidade das atividades pesqueiras e de atividades complementares à renda, assim como a segurança alimentar, a preservação da memória, da identidade e da cultura, da organização comunitária e dos meios e modos tradicionais de reprodução da vida.

A partir dos resultados da pesquisa do Parmis, foram identificadas pelo menos seis dimensões que se relacionam umas com as outras em caráter fundamental para orientar a construção de um programa focado nas comunidades pesqueiras, sendo elas:

- **Fundiária:** instrumentos e práticas que apoiam a permanência das comunidades em seus territórios;
- **Conservação ambiental:** manutenção da qualidade ambiental como condição para a reprodução da vida;
- **Organização comunitária:** fortalecimento das formas locais de representação, associação e ação coletiva;
- **Políticas públicas:** acesso, reconhecimento e efetividade de políticas voltadas às comunidades pesqueiras e aos direitos sociais das pescadoras e pescadores artesanais, com ênfase nas pescadoras face à sua destituição histórica;
- **Processos formativos:** fortalecimento da participação social e popular em espaços de decisão da gestão pública, conselhos, audiências públicas, fóruns, entre outros, por meio da educação ambiental crítica e da formação continuada;
- **Processos produtivos:** preservação e valorização dos meios e modos tradicionais de produção, essenciais para a autonomia econômica e cultural das comunidades.

4. Do que trata o Programa?

Elementos centrais para a execução do Programa

O objetivo principal do Programa é mitigar os impactos socioambientais relacionados à apropriação e restrições de acesso à porção marítima dos territórios pesqueiros situados na área de abrangência do Plano Macro, principalmente nos municípios situados entre Vitória (ES) e São Sebastião (SP). Apesar desse foco, o Programa também abrange o território terrestre, ou seja, as áreas de beneficiamento, armazenamento, comercialização, embarque e desembarque, moradia, rotas de navegação e referências culturais e simbólicas de pescadoras e pescadores artesanais. Trata-se, portanto, de um programa orientado para a proteção dos territórios pesqueiros em sua totalidade, reconhecendo-os como fundamentais para a reprodução sociocultural e econômica das comunidades pesqueiras.

O Programa tem como foco as comunidades pesqueiras cujo processo produtivo se baseia na pesca artesanal e, portanto, são diretamente impactadas pelas atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural, considerando sua diversidade identitária: pescadoras e pescadores artesanais, marisqueiras, quilombolas, indígenas, caiçaras e agrupamentos urbanos vinculados à pesca, entre outras denominações adotadas pelos próprios grupos.

Os impactos socioambientais predominantes a serem mitigados estão associados aos conflitos de uso e de ordenamento do espaço marítimo, considerando as pressões exercidas sobre os territórios pesqueiros como: colisões e acidentes envolvendo embarcações; perdas de petrechos; restrições de acesso e alteração de rotas; mudanças na paisagem, no ecossistema e na produtividade pesqueira. Além disso, o Programa busca contribuir com o enfrentamento aos processos de vulnerabilização socioambiental, que agravam os impactos sobre as comunidades pesqueiras. A **Figura 1** apresenta os principais impactos e fatores de vulnerabilização socioambiental aos quais o Programa está orientado.

Figura 1. Principais impactos e fatores de vulnerabilização socioambiental a serem mitigados através do Programa Macrorregional de Apoio à Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras.



Fonte: Equipe Parmis.

A atuação do Programa combina tanto a dimensão regional quanto a dimensão comunitária, operando em diferentes escalas a partir de uma agenda socioambiental da pesca elaborada junto às comunidades pesqueiras e organizada por município e por região. Com a dimensão regional se busca uma operação mais coesa em toda a área de abrangência, envolvendo ações de apoio à segurança territorial, tal como: a formulação de instrumentos estratégicos ao Programa, a condução de processos de ensino-aprendizagem em nível regional, o apoio ao acesso à políticas públicas e a chamadas públicas e ações de comunicação social e de pesquisas correlatas ao Programa.

Já a dimensão comunitária, por sua vez, incentiva maior autonomia das organizações da pesca artesanal, inclusive com a descentralização de recursos por meio de chamadas públicas destinadas às ações estruturantes de apoio à segurança territorial. Nesse sentido, as chamadas públicas se constituem como um mecanismo central para ampliar o protagonismo comunitário e permitir que os recursos sejam diretamente acessados pelas organizações locais, as quais também seriam as responsáveis por identificar a demanda da comunidade, planejar e executar as ações que fortaleceriam a própria comunidade e suas organizações a longo prazo. A partir dessas diferentes escalas de atuação, espera-se, também, dar continuidade aos resultados dos PEA que atuam há mais de dez anos na região, com vistas à organização comunitária das comunidades pesqueiras.

5. Como o Programa será executado? Uma estrutura em quatro projetos

O Programa, inicialmente, foi proposto com quatro projetos estruturantes e relacionados entre si, sendo eles: o Projeto de Educação Ambiental (PEA); o Projeto de Comunicação Social (PCS); o Projeto de Ação Territorializada (PAT); e o Projeto de Gestão e Pesquisa (PGP). A **Figura 2** resume a proposta inicial de organização do Programa.

Figura 2. Organização técnico-administrativa do Programa a partir dos quatro projetos: Projeto de Educação Ambiental (PEA), Projeto de Comunicação Social (PCS), Projeto de Ação Territorializada (PAT) e Projeto de Gestão e Pesquisa (PGP), explicitando suas dimensões estratégica, tática e operacional.



Fonte: Equipe Parmis.

O PEA foi pensado como um projeto voltado à formação crítica e ao fortalecimento da participação social e popular na gestão pública com vistas à mitigação dos impactos socioambientais. Fundamentado na educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória, ele busca o desenvolvimento de ações formativas que contribuam com as comunidades pesqueiras, especialmente para sua permanência no território, em uma escala regional.

O PCS tem como proposta ações de comunicação sobre os impactos das atividades de produção marítima de petróleo sobre as comunidades pesqueiras, as ações do Programa e os resultados gerados, de forma a garantir um canal de interação contínuo e transparente. Assim, esse projeto fica responsável pela produção de conteúdo audiovisual das ações e chamadas públicas do Programa, além de fornecer apoio à divulgação do que já existe de consolidado nas políticas públicas para a pesca artesanal.

O PAT busca apoiar as organizações da pesca artesanal por meio do financiamento de projetos relacionados à segurança territorial em suas distintas dimensões. Essas chamadas seriam organizadas em eixos de atuação, visando contribuir com: a organização e fortalecimento comunitário, municipal e regional; a valorização sociocultural; a conservação ambiental; o fortalecimento dos processos produtivos; e a permanência das comunidades pesqueiras em seus territórios.

O PGP tem a responsabilidade da gestão do Programa e das assessorias técnicas e jurídicas. Além disso, cabe a esse projeto realizar o monitoramento e a avaliação do Programa, buscando maior transparência e controle social sobre os seus resultados, inclusive o desenvolvimento de pesquisas para contribuir com a realização do Programa e a verificação da sua efetividade.

6. Como o Programa será gerido?

Macroestruturas principais

A proposta de gestão do Programa envolve duas macroestruturas principais: a coordenação e os núcleos territoriais. A coordenação é responsável pela gestão geral do Programa, incluindo o acompanhamento do cumprimento dos objetivos geral e específicos, a execução integral dos planos de trabalho e a integração dos projetos e de suas ações no território. Os núcleos territoriais atuam de forma descentralizada, operacionalizando as ações do Programa nos territórios de acordo com as diretrizes pré-estabelecidas.

Além dessas duas estruturas, o Programa conta ainda com um conselho gestor, de caráter consultivo, composto por representantes do Ibama, das empresas petrolíferas licenciadas e das(os) participantes, com a atribuição de exercer o controle social sobre o Programa. Para dar apoio ao funcionamento administrativo e operacional, é prevista uma secretaria executiva, e para as chamadas públicas, prevê-se o apoio de uma instituição especializada em fomento de projetos socioambientais.

7. De que forma o Programa estava sendo construído?

A proposta de construção do Programa foi semelhante ao Programa Macrorregional dedicado à mitigação dos impactos socioambientais da dependência econômica do orçamento público sobre as rendas petrolíferas e, também, sobre as mudanças na dinâmica social relacionadas à indústria petrolífera, desenvolvido no âmbito do Parmis – Fase II.

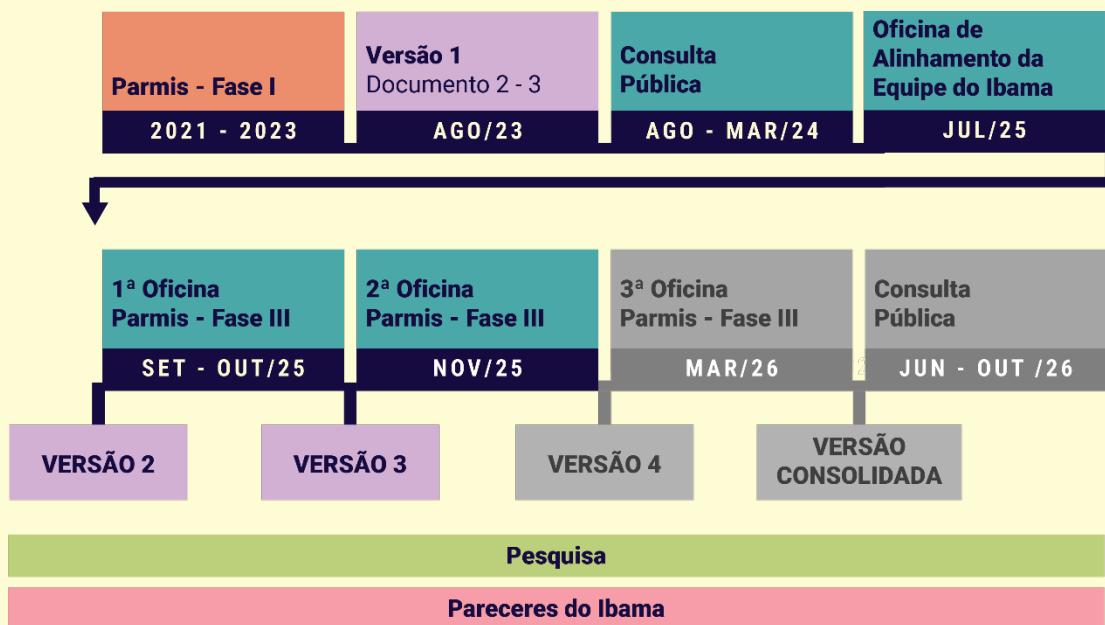
Para o detalhamento do Programa Macrorregional de Apoio à Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras, previu-se a realização de três oficinas, com objetivos, programação e material de apoio, envolvendo analistas ambientais de socioeconomia do Ibama, representantes de empresas petrolíferas e de equipes técnicas executoras de sete PEA que são condicionante de licença de empreendimentos petrolíferos: Baía de

Guanabara, FOCO, PESCARTE, QUIPEA, Rede Observação, Redes de Cidadania e Projeto Redes, além de representantes do Projeto de Implementação de Instrumentos Técnicos de Integração Metodológica do Plano Macro e a equipe do Parmis.

As oficinas têm como ponto de partida os resultados das fases anteriores do Parmis, principalmente aqueles sistematizados no [Documento 2-3](#), e que, por meio do diálogo e da colaboração entre as equipes, buscam incorporar as experiências e os aprendizados gerados pela implementação dos PEA. Para assegurar a participação qualificada dos PEA, foi recomendada a indicação de quatro representantes por PEA, sendo duas pessoas da coordenação e duas integrantes da equipe com atuação comunitária. Ressalta-se que a inserção das equipes dos PEA no processo de construção do Programa constituiu uma demanda expressa na Consulta Pública referente ao Parmis – Fase I.

As principais diretrizes para o planejamento das oficinas de detalhamento do Programa foram apresentadas no Parecer Técnico nº 347/2025-Coprod/CGMac/Dilic, emitido em 24 de setembro de 2025 (SEI 02001.032727_2019_90). A **Figura 3** sintetiza as principais etapas do esforço de detalhamento do Programa previstas para o Parmis – Fase III.

Figura 3. Etapas de construção do Programa Macrorregional de Apoio à Segurança Territorial das Comunidades Pesqueiras realizadas (coloridas) e previstas (preto e branco) no Parmis – Fase III.



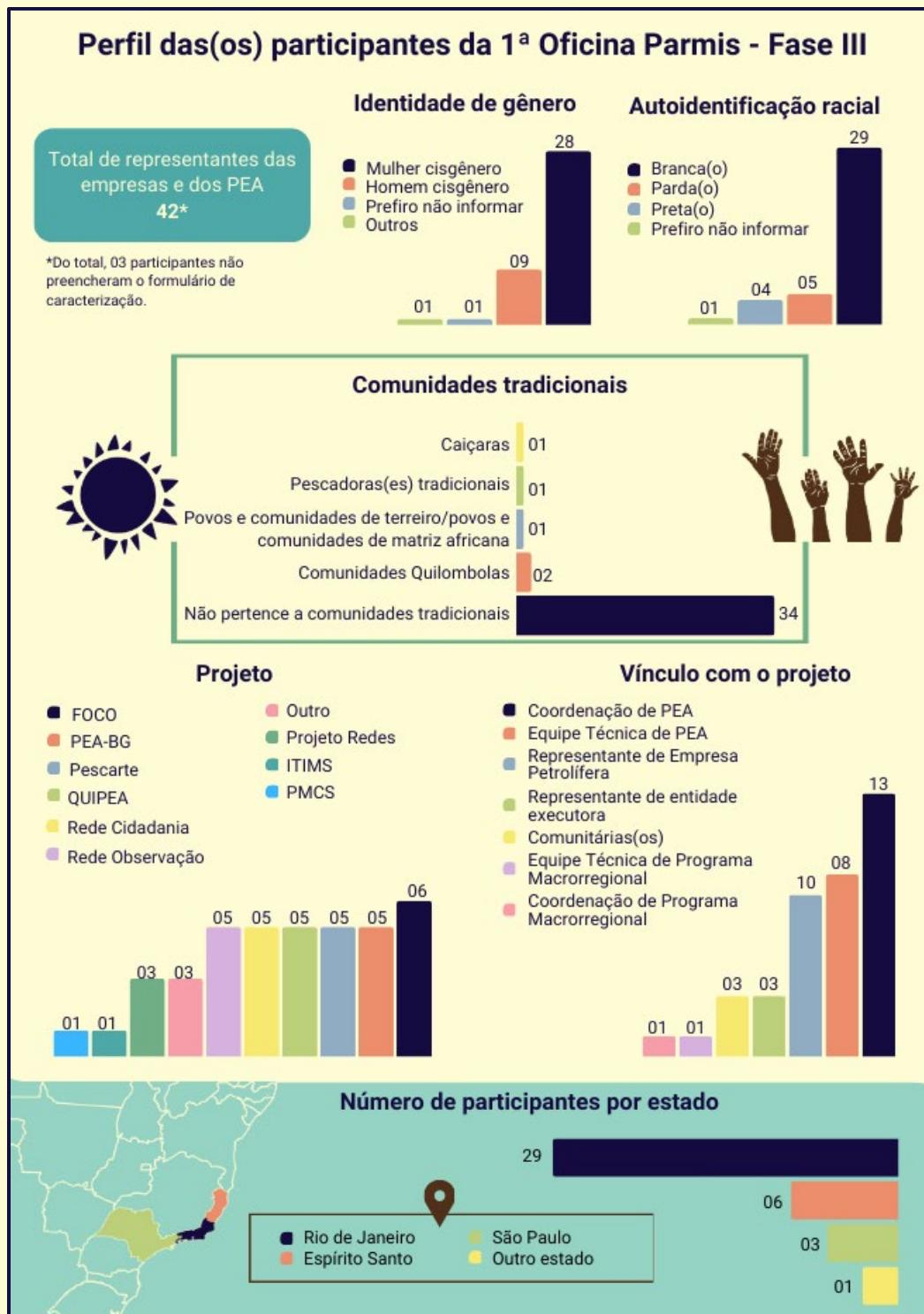
Fonte: Equipe Parmis.

Antes da 1^a Oficina, no dia 18 de agosto de 2025, realizou-se uma reunião de alinhamento com representantes das organizações citadas anteriormente, em modalidade remota e duração de 2 horas, com o objetivo de: apresentar o plano de trabalho do Parmis – Fase III; construir os acordos de participação nas oficinas de construção do Programa, incluindo os critérios para indicação de participantes; e apresentar o cronograma das oficinas.

Feitas as indicações de participantes por cada uma das organizações citadas anteriormente, foi realizada a 1^a Oficina entre os dias 30 de setembro a 2 de outubro de 2025, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. A Oficina teve por objetivo apresentar, debater e construir acordos acerca da 2^a versão do Programa, incluindo premissas, objetivos dos projetos e a estrutura organizacional.

Participaram desta Oficina 5 representantes do Ibama, 16 da equipe do Parmis, 28 dos PEA, 12 das empresas petrolíferas e 2 da equipe de integração do Plano Macro. Um total de 63 pessoas participaram de pelo menos um turno da Oficina. A **Figura 4** sintetiza as informações das(os) participantes que representam as empresas petrolíferas e os PEA, informações foram coletadas por meio de um formulário de caracterização.

Figura 4. Perfil das(os) representantes das empresas petrolíferas e dos PEA que participaram da 1^a Oficina do Parmis – Fase III.



Fonte: Equipe Parmis.

Em seguida, a realização da 2^a Oficina visaria aprofundar as diretrizes para a execução dos projetos e a estrutura organizacional do Programa. Depois disso, a 3^a Oficina teria como objetivo consolidar o documento a ser encaminhado para Consulta Pública, com definição de metas, ações iniciais e o perfil da equipe a ser contratada, além de aprofundar o debate sobre a transição dos PEA para o Programa.

Com a realização da Consulta Pública, qualquer pessoa interessada poderia encaminhar contribuições para melhorar a realização do Programa. O processo de construção se finalizaria, portanto, com o lançamento do Programa em um seminário aberto à população interessada, que era previsto para outubro de 2026.

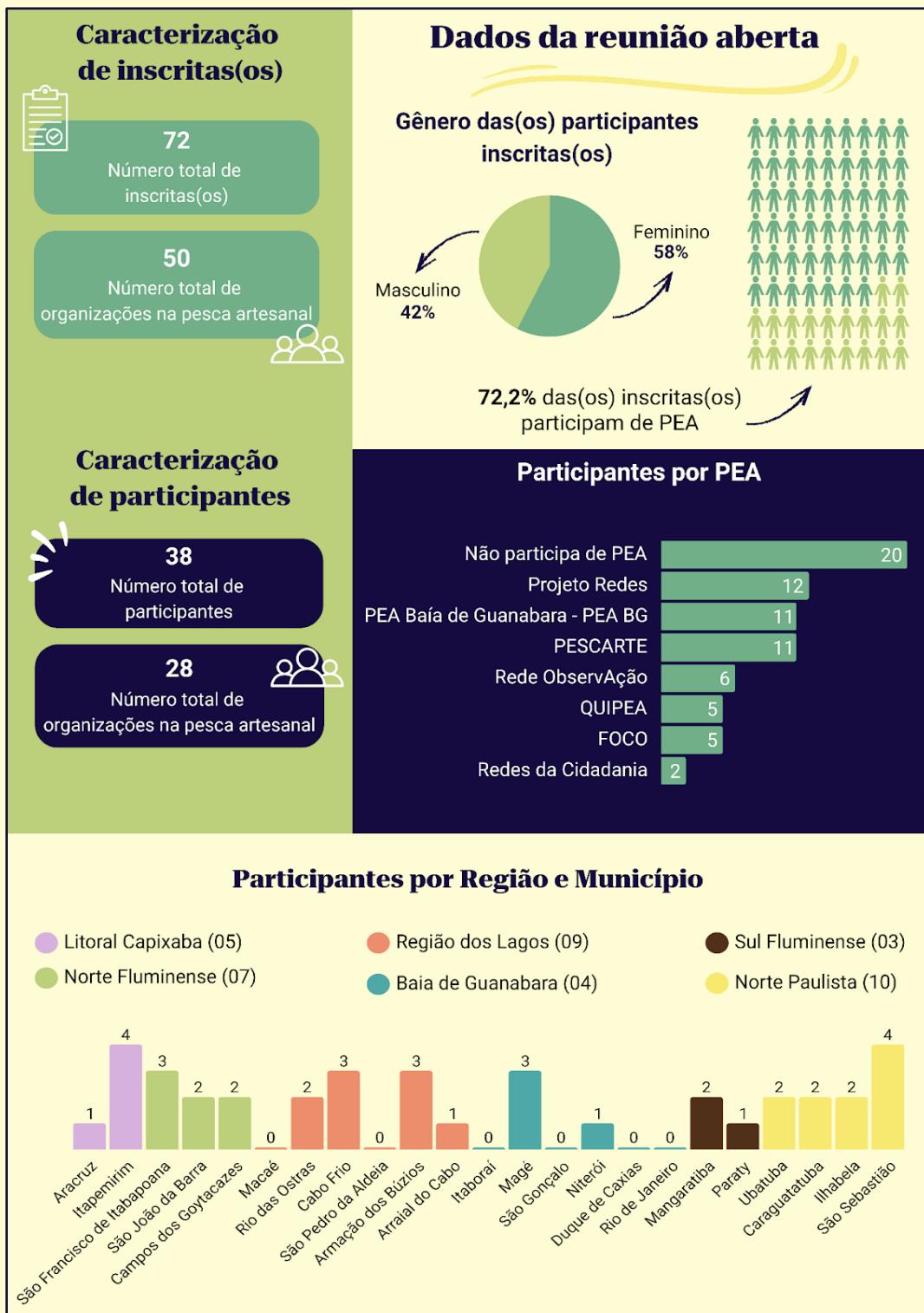
8. Por quê e como foi interrompido o Programa?

Já no início do processo de detalhamento do Programa, o Ibama e a equipe do Parmis tomaram conhecimento de uma série de críticas e de informações falsas veiculadas principalmente por grupos de *WhatsApp*, tanto em relação ao Programa quanto em relação ao Plano Macro. A citar como exemplo, no dia 23 de setembro de 2025 foi publicado o artigo de opinião “[O pré-sal e o pós-golpe](#)”, de autoria da pesquisadora Débora Bronz, o qual serviu de subsídio a manifestações contrárias ao processo em curso. O artigo apresenta o Programa Macrorregional de Apoio à Segurança Territorial de Comunidades Pesqueiras como já finalizado, desqualifica os impactos sobre as pescadoras e pescadores artesanais, generalizando-as(os) e tratando os impactos sobre todos os povos e comunidades tradicionais como similares, bem como estabelecendo uma hierarquia entre indígenas e quilombolas em relação às comunidades pesqueiras, sendo estas tratadas como outras.

Entre outros elementos que vinham sendo veiculados, foi apontado: que o Programa desconsiderava o histórico de implementação da educação ambiental crítica como base teórica e metodológica para a mitigação dos impactos socioambientais; que povos e comunidades tradicionais estariam perdendo direitos no campo do licenciamento ambiental com a proposição do Programa; que não houve (haveria) participação no processo de construção do Programa; e que a participação se limitava às empresas petrolíferas. Paralelamente, vinham sendo organizadas várias mobilizações para interromper as etapas subsequentes, inclusive a 2ª Oficina do Parmis – Fase III, a ser realizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ no final de novembro de 2025.

Em resposta, o Ibama realizou uma Reunião Aberta no dia 14 de novembro de 2025, em modalidade remota e com transmissão pelo *YouTube*, com duração prevista de 2 horas, com apoio da equipe do Parmis. A reunião teve por objetivo ampliar o diálogo com representantes da pesca artesanal da área de abrangência do Plano Macro e enfrentar esse processo de desinformação sobre a construção do Programa e do Plano Macro. Foram feitos convites a representantes da pesca artesanal via e-mail, redes sociais e por intermédio dos PEA. A **Figura 5** apresenta informações sobre a participação de pescadoras e pescadores artesanais na referida reunião.

Figura 5. Perfil de inscritas(os) e participantes da Reunião Aberta.



Fonte: Equipe Parmis.

Buscando combater as informações falsas que vinham sendo veiculadas, o principal objetivo da reunião foi compartilhar as motivações do órgão ambiental em aperfeiçoar o modelo dos PEA até então implementado e os incorporar ao Plano Macro como um programa macrorregional de mitigação de impactos socioambientais específico para comunidades de pescadoras e pescadores artesanais, com foco no financiamento de projetos por meio de chamadas públicas.

No entanto, diante das críticas e das mobilizações contrárias, mesmo ciente do avanço significativo que o novo programa representaria, a equipe técnica do Ibama emitiu o Ofício-Circular nº 9/2025/Coprod/CGMac/Dilic, que, entre outras providências, encerrou o processo de construção do Programa, mantendo as ações de mitigação sobre pescadoras e pescadores por meio da exigência de PEA enquanto condicionante da licença de cada empresa, conforme Instrução Normativa Ibama 02/2012.

Referências

ARCADIS BRASIL. **Avaliação de projetos e programas ambientais: avaliação de termos de referência (TRs) emitidos e avaliação crítica da evolução dos planos, programas e projetos ambientais.** São Paulo: Arcadis Brasil, Cooperação Técnica nº ATN/OC-16518-BR, 2020.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 14, p. 119-125, 2003.

DIAS, Julio Cesar Silva; TEIXEIRA, Bruno Bernardes. O Plano Macro: uma proposta para a gestão de impactos sinérgicos no licenciamento ambiental federal de petróleo. *In:* WALTER, Tatiana; TOMETICH, Patricia; TAKAHASHI, Naila de Freitas; POZENATO, Maryanna Oliveira (orgs.). **Mitigação de impactos socioambientais: reflexões em torno do licenciamento ambiental federal de petróleo e gás.** Porto Alegre: Ed. dos Autores, p. 12-37, 2025.

RODIN, Patricia; WALTER, Tatiana. Conflitos ambientais no Brasil: Considerações acerca da interseccionalidade de raça, classe e gênero. *In:* WALTER, Tatiana; CALDASSO, Liandra Peres; VERLY, Jéssica Fischer (orgs.). **Avaliação de impactos ambientais sob uma perspectiva crítica: reflexões a partir dos impactos da cadeia produtiva de petróleo sobre pescadores e pescadoras artesanais.** Rio de Janeiro: PoD, p. 209-228, 2023.

TOMETICH, Patricia; MELO, Juliana; WALTER, Tatiana. Segurança territorial de comunidades pesqueiras no contexto do licenciamento ambiental federal de petróleo e gás. *In:* WALTER, Tatiana; TOMETICH, Patricia; TAKAHASHI, Naila de Freitas; POZENATO, Maryanna Oliveira (orgs.). **Mitigação de impactos socioambientais: reflexões em torno do licenciamento ambiental federal de petróleo e gás.** Porto Alegre: Ed. dos Autores, p. 142-158, 2025.

VITOLLA, Ricardo; WALTER, Tatiana; CALDASSO, Liandra Peres; TAKAHASHI, Naila de Freitas. A vulnerabilidade socioambiental dos(as) pescadores(as) artesanais enquanto critério de avaliação de impacto ambiental: uma análise situada no licenciamento ambiental de empreendimentos petrolíferos. In: WALTER, Tatiana; CALDASSO, Liandra Peres; VERLY, Jéssica Fischer (orgs.). **Avaliação de impactos ambientais sob uma perspectiva crítica: reflexões a partir dos impactos da cadeia produtiva de petróleo sobre pescadores e pescadoras artesanais.** 1^a ed. Rio de Janeiro: PoD, p. 47-76, 2023.

WALTER, Tatiana; ANELLO, Lucia Fátima Socoowski. A Educação Ambiental Enquanto Medida Mitigadora e Compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto. **Revista Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 17, nº 1, p. 73-98, 2012.

WALTER, Tatiana; MELLO, Matthews Rocha; TOMETICH, Patricia; TAKAHASHI; Naila Freitas. Confluências entre Políticas Públicas e Ecologia Política: a concepção de programas para mitigação dos impactos socioambientais das atividades marítimas de produção de petróleo e gás. In: WALTER, Tatiana; TOMETICH, Patricia; TAKAHASHI, Naila de Freitas; POZENATO, Maryanna Oliveira (orgs.). **Mitigação de impactos socioambientais: reflexões em torno do licenciamento ambiental federal de petróleo e gás.** Porto Alegre: Ed. dos Autores, p. 87-106, 2025a.

WALTER, Tatiana; TOMETICH, Patricia; TAKAHASHI; Naila Freitas; POZENATO, Maryanna Oliveira; Melo, Juliana. A implementação da Nota Técnica 01/2010 – CGPEG/COPROD/IBAMA: Principais achados da pesquisa. In: WALTER, Tatiana; TOMETICH, Patricia; TAKAHASHI, Naila de Freitas; POZENATO, Maryanna Oliveira (orgs.). **Mitigação de impactos socioambientais: reflexões em torno do licenciamento ambiental federal de petróleo e gás.** Porto Alegre: Ed. dos Autores, p. 53-86, 2025b.

Expediente

ELABORAÇÃO

MATTHEWS ROCHA MELLO
JULIANA FONSECA OLIVEIRA DE MELO

REVISÃO TÉCNICA

BIANCA CAETANO
TATIANA WALTER

REVISÃO DE LINGUAGEM

LUCAS LINS

DIAGRAMAÇÃO

LEON GONÇALVES
JULIANA HUBNER
VICTOR HUGO FIRMINO DE LACERDA

Equipe técnica do Parmis – Fase III

COORDENADORA GERAL

TATIANA WALTER

DOCENTES

CRISTIANE SIMÕES NETTO COSTA
GRACIELI TRENTIN

LIANDRA PERES CALDASSO
MÁRCIA BORGES UMPIERRE

TÉCNICA ADMINISTRATIVA EM EDUCAÇÃO

ANA PAULA GRELLERT

COORDENAÇÃO TÉCNICA

BIANCA CAETANO
JULIANA HUBNER
LEON BARRETO GONÇALVES ROSA

MELISSA ORESTES
TANIZE DIAS

PESQUISADORAS(ES)

ANA PAULA BORK
ANTONIO GABRIEL VERGARA
ARIELY ROMANI DOS SANTOS
BRUNA SAMPAIO WOHLBRECHT
DAIANE FERREIRA DE AQUINO
EDERSON PINTO DA SILVA
EDMARA DE ANDRADE RANGEL
ELIFABIO ALEXANDRE SILVA
FELIPE AMARAL DE VASCONCELLOS
FRANCIELY FRASSETTO DELOLMO LEDESMA
FREDERICO RIBEIRO SEUS
JÉSSICA EVELYN VASCONCELOS ALVES
JULIANA FONSECA OLIVEIRA DE MELO
JULIO CESAR IECK DA SILVA
LEANDRO ROBERTO NEVES
LETÍCIA HANNA DOS SANTOS FALCÃO
LUCAS LINS
MARCO TÚLIO DE MEDEIROS TERRA RAMOS
MARIÉLA DOS SANTOS CENTENO FERREIRA

MARÍLIA SILVA DA COSTA
MATTHEWS ROCHA MELLO
MURILLO CÉSAR CÉSPEDES CAMPOS
NAILA DE FREITAS TAKAHASHI
NATÁLIA BARRETO GONÇALVES ROSA
PATRÍCIA DE ARAUJO SILVA
PATRÍCIA TOMETICH
PEDRO EMILIANO FERRERO CORTES
RAFAELLA PEGLOW BULBOLZ
RENATA DA ROSA HAMMES
ROBERTO CALDEIRA LOPES
ROSINEDE CRISTINA DE FREITAS
THIAGO DAS MERCÊS ANDRADE
THIAGO VASQUINHO SIQUEIRA
VANIA PIEROZAN
VENINE OLIVEIRA DOS SANTOS
VICTOR HUGO FIRMINO DE LACERDA

A realização do Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais (Parmis) é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo **Ibama**.



O projeto de pesquisa **Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais (Parmis)** foi exigido como condicionante da **Licença de Operação nº 1700/2024**, que autoriza o Sistema Definitivo do Campo de Produção de Atlanta, concedida à **Empresa Brava Energia**.

Parmis LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR
MAPEAMENTO EM AMBIENTES
RESISTÊNCIA, SOCIEDADE E SOLIDARIEDADE

FURG UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE

FAURG FACULDADE
DE AGRONOMIA
E RECURSOS
NATURAIS

IBAMA IBAMA
MMA

BRAVA energia